3 DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 01) CONSULPLAN - 2015 - TJMG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimento | Quanto aos fundamentos, objetivos e princípios da República Federativa do Brasil, é **INCORRETO** afirmar:

- A) Não constitui como fundamento da República Federativa o pluralismo político.
- B) Garantir o desenvolvimento nacional é objetivo fundamental da República Federativa.
- C) A República Federativa rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- D) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Questão 02) CONSULPLAN - 2015 - TJMG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimento | Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Conceder-se-á habeas data para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- B) São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
- C) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos serão equivalentes às emendas constitucionais, desde que aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, pela maioria simples dos votos dos respectivos membros.
- D) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Questão 03) CONSULPLAN - 2015 - TJMG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimento | Assinale a alternativa correta:

- A) Compete, privativamente, à União legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- B) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual.
- C) O Presidente da República não ficará suspenso de suas funções nas hipóteses de infrações penais comuns, ainda que recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
- D) A competência correicional e disciplinar do Conselho Nacional de Justiça é residual à dos Tribunais.

Questão 04) CONSULPLAN - 2015 - TJMG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimento | Quanto às normas constitucionais que regem a política agrícola e fundiária e da reforma agrária, é correto afirmar:

- A) Os imóveis públicos poderão ser adquiridos por usucapião.
- B) As terras públicas e devolutas são incompatíveis com o plano nacional de reforma agrária.
- C) Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de 10 (dez) anos.
- D) Sobre as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária incidem apenas impostos municipais.

Questão 05) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimento | Quanto às normas constitucionais que regem a administração pública, é **INCORRETO** afirmar:

- A)** Os cargos, empregos e funções públicas são inacessíveis aos estrangeiros.
- B)** É garantido ao servidor público civil o direito a livre associação sindical.
- C)** Como condição para a aquisição da estabilidade do cargo do servidor público, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- D)** Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Questão 06) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provedor | Quanto às normas constitucionais que regem o poder judiciário e as funções essenciais à justiça é correto afirmar:

- A)** Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando concessiva a decisão.
- B)** Os Tribunais de Justiça dos Estados não poderão funcionar descentralizadamente.
- C)** O chefe do Ministério Público da União é o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes da carreira, maiores de 35 (trinta e cinco) anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
- D)** Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tripartite dentre os integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Questão 07) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provedor | Quanto às normas constitucionais que regem a ordem social, é INCORRETO afirmar:

- A)** Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

- B)** A publicação de veículo impresso de comunicação depende de licença de autoridade.
- C)** São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- D)** A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

Questão 08) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provedor | É da competência exclusiva do congresso, sem exigência da sanção do Presidente da República, EXCETO:

- A)** Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- B)** Apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- C)** Aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2.500 (dois mil e quinhentos) hectares.
- D)** Dispor sobre organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal.

Questão 09) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provedor | Assinale a alternativa INCORRETA:

- A)** É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.
- B)** A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- C)** A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de quaisquer das Casas do Congresso Nacional.
- D)** É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de tempo.

Questão 10) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimento | Em relação às normas que regem os contratos administrativos, é INCORRETO afirmar:

- A) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado, pois constitui prerrogativa conferida à Administração pelo respectivo regime jurídico.
- B) É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.
- C) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- D) É cláusula necessária em todo contrato administrativo as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas.

Questão 11) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimento | Quanto ao procedimento administrativo e do processo judicial, destinados a apurar e punir a prática de ato de improbidade, é correto afirmar:

- A) Apenas os agentes e órgãos públicos têm legitimidade para representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato administrativo.
- B) A autoridade administrativa competente poderá rejeitar a representação. A decisão de rejeição obsta a representação ao Ministério Público.
- C) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos podem ser efetivadas antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- D) É dever da comissão processante dar conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.

Questão 12) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimento | É dispensável a licitação, EXCETO:

- A) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- B) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

- C) Quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- D) Para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por entidade privada que tenha sido constituída para esse fim específico.

Questão 13) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimento | Quanto aos contratos administrativos, é INCORRETO afirmar:

- A) Os contratos administrativos regulam-se pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, sendo vedada a aplicação supletiva dos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- B) É cláusula necessária em todo contrato a vinculação ao edital de licitação.
- C) A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.
- D) A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial é condição indispensável para sua eficácia.

Questão 14) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimento | Quanto às licitações em geral, é INCORRETO afirmar:

- A) A licitação não será sigilosa, sendo todos os atos de seu procedimento acessíveis ao público, inclusive o conteúdo das propostas antes da respectiva abertura.
- B) Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência aos bens e serviços produzidos no País.
- C) O procedimento licitatório caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.
- D) Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvadas as concorrências de âmbito internacional.

Questão 15) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimto | Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.
- B) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- C) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de quaisquer das Casas do Congresso Nacional.
- D) É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de tempo.

Questão 16) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros - Remoção | São brasileiros natos, EXCETO:

- A) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- B) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país.
- C) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- D) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Questão 17) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Remoção | Quanto às normas que dispõem sobre a organização dos poderes, assinale a alternativa correta:

- A) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- B) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo

Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes comuns e de responsabilidade.

- C) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- D) Não pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Questão 18) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Remoção | Quanto aos direitos políticos, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos aos maiores de 70 (setenta) anos.
- B) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, mediante plebiscito, referendo, e iniciativa popular.
- C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.
- D) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão ocorrerá tão somente na hipótese de improbidade administrativa.

Questão 19) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Remoção | Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) São bens da União os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- B) Compete à União e aos Estados legislar concomitantemente sobre desapropriação.
- C) Incluem-se entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.
- D) Para manter a integridade nacional, a União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal.

Questão 20) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Remoção |

Quanto às políticas urbana e rural, é INCORRETO afirmar:

- A) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- B) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
- C) A desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel que não esteja cumprindo sua função social, far-se-á mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, inclusive das benfeitorias úteis e necessárias, com cláusula de preservação do valor real.
- D) São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra, bem como a propriedade produtiva.

Questão 21) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Remoção | Quanto às normas constitucionais que regem a educação, a cultura e o desporto, é correto afirmar:

- A) Os Estados atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
- B) Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.
- C) O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.
- D) É vedado às Universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.

Questão 22) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Remoção | Quanto aos contratos administrativos, é INCORRETO afirmar:

- A) Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, mesmo havendo posição divergente e fundamentada, registrada em ata da reunião que tiver sido tomada a decisão.
- B) A Administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, sob pena de nulidade.

- C) Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva resposta.
- D) É cláusula necessária em todo contrato a que estabeleça a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente os casos omissos.

Questão 23) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Remoção | Assinale a alternativa correta:

- A) Os contratos administrativos poderão ser alterados unilateralmente pela Administração quando necessária a modificação do regime de execução, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- B) Os contratos administrativos poderão ser alterados, exclusivamente por acordo das partes, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- C) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- D) Não constitui motivo para rescisão do contrato a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.

Questão 24) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Remoção | Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, na hipótese de alteração ou de modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.
- B) A rescisão administrativa deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, não se exigindo tal autorização quando a rescisão for amigável.
- C) A rescisão poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.
- D) Quando a rescisão ocorrer por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

Questão 25) CONSULPLAN - 2015 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Remoção | Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) É vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime da concessão.
- B) Poderá participar indiretamente da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.
- C) Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços será considerado ainda o impacto ambiental
- D) A Administração poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis, dispensada licitação, quando o uso destinar-se a outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel.

Questão 26) IESES - 2015 - TJPA - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, EXCETO:

- A) Concessão de asilo político.
- B) Independência nacional.
- C) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- D) Intervenção em países em guerra.

Questão 27) IESES - 2015 - TJPA - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | Conceder-se-á [.....] para assegurar o conhecimento de informação relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público:

- A) Ação civil pública.
- B) Habeas corpus.
- C) Mandado de Injunção.
- D) Habeas data.

Questão 28) IESES - 2015 - TJPA - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | Quanto aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais é correto afirmar que a:

- A) Remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.
- B) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- C) Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um quarto a mais do que o salário normal.
- D) Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

Questão 29) IESES - 2015 - TJPA - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | A emenda à Constituição da República Federativa do Brasil será promulgada:

- A) Exclusivamente pela Presidência da Câmara dos Deputados.
- B) Pela Presidência da República.
- C) Exclusivamente pela Presidência do Senado Federal.
- D) Pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Questão 30) IESES - 2015 - TJPA - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, [...] do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por [...] Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles:

- A) Três por cento; oito.
- B) Um por cento; cinco.
- C) Dois por cento; sete.
- D) Cinco por cento; dez.

Questão 31) IESES - 2015 - TJPA - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | Compete privativamente ao Presidente da República, EXCETO:

- A) Vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
- B) Decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- C) Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- D) Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos pela Constituição.

Questão 32) IESES - 2015 - TJPA - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de [...] membros com mandato de [...] anos, admitida uma recondução:

- A) 13 (treze); 3 (três).
- B) 15 (quinze); 2 (dois).
- C) 17 (dezesete); 3 (três).
- D) 11 (onze); 2 (dois).

Questão 33) IESES - 2015 - TJPA - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, EXCETO:

- A) O Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- B) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- C) O Presidente da República.
- D) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Questão 34) IESES - 2015 - TJPA - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | Sobre o Poder Legislativo é correto afirmar que:

- A) Nenhuma das unidades da Federação terá menos de 4 (quatro) ou mais de 80 (oitenta) deputados.
- B) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, segundo o princípio majoritário.
- C) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos, segundo o sistema proporcional.
- D) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa (Câmara dos Deputados e Senado Federal) e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Questão 35) IESES - 2015 - TJPA - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos é INCORRETO afirmar que:

- A) Será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- B) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

- C) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- D) A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Questão 36) IESES - 2015 - TJPA - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | Assinale a alternativa correta:

- A) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 8.666/1993, os contratos ali disciplinados somente poderão ser alterados por acordo das partes ou por decisão judicial.
- B) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 9.784/1999, é dever da Administração, por seus agentes, prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- C) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.965/2014, a parte interessada poderá, com o propósito de formar conjunto probatório em processo judicial cível ou penal, em caráter incidental ou autônomo, requerer ao juiz que ordene ao responsável pela guarda o fornecimento de registros de conexão ou de registros de acesso a aplicações de internet. Para tanto, e sem prejuízo dos demais requisitos legais, o requerimento deverá conter, sob pena de inadmissibilidade, fundados indícios da ocorrência do ilícito, justificativa motivada da utilidade dos registros solicitados para fins de investigação ou instrução probatória e o período ao qual se referem os registros.
- D) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 8.429/1992, celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

Questão 37) IESES - 2015 - TJPA - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | Assinale a alternativa correta:

- A) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 8.429/1992, aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade constitui ato

de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

- **B)** De acordo com o disposto na Lei Federal n. 4.717/1965 (ação popular), a sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do dobro das custas e honorários advocatícios, estes limitados a 10% do valor da causa.
- **C)** De acordo com o disposto na Lei Federal n. 9.784/1999, o administrado tem direito de formular, perante a Administração, alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- **D)** De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.965/2014, o provedor de aplicações de internet constituído na forma de pessoa jurídica e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos deverá manter os respectivos registros de acesso a aplicações de internet, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do regulamento.

Questão 38) IESES - 2015 - TJPB - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | Assinale a alternativa correta:

- **A)** De acordo com o disposto na Lei Federal n. 9.784/1999, a competência para a prática de atos administrativos cabe aos órgãos administrativos a que foi inicialmente atribuída, podendo eventualmente ser delegada ou avocada nas hipóteses previstas em regulamento próprio, pois excepcionalmente renunciável.
- **B)** De acordo com o disposto na Lei Federal n. 7.347/1985, na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor.
- **C)** De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.965/2014, a disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, bem como o reconhecimento da escala local e mundial da rede, os direitos sociais, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais, a pluralidade e a diversidade, a abertura e a

colaboração, a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor, bem como a lucratividade das empresas prestadoras de tais serviços.

- **D)** De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.016/2009, será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 30 (trinta) dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.

Questão 39) IESES - 2015 - TJPB - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | Assinale a alternativa correta:

- **A)** De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.016/2009, não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- **B)** De acordo com o disposto na Lei Federal n. 8.429/1992, perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- **C)** De acordo com o disposto na Lei Federal n. 7.347/1985, em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios, estes limitados a 10% do valor da causa, e ao dobro das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.
- **D)** De acordo com o disposto na Lei Federal n. 4.717/1965 (ação popular), a propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações que forem posteriormente intentadas, desde que idêntico o pedido, mesmo que outras sejam as partes ou os fundamentos.

Questão 40) IESES - 2015 - TJPB - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | Assinale a alternativa correta:

- **A)** De acordo com o disposto na Lei Federal n. 8.666/1993, a rescisão do contrato somente poderá se dar por ato unilateral e fundamentado da Administração ou por decisão judicial.
- **B)** De acordo com o disposto na Lei Federal n. 7.347/1985 (ação civil pública), somente os

Tribunais (e não o Juiz) poderão conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

- C) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 4.717/1965 (ação popular), o Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.
- D) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.016/2009, o pedido de mandado de segurança não poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

Questão 41) IESES - 2015 - TJPB - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | Assinale a alternativa correta:

- A) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 4.717/1965 (ação popular), a sentença, quando não prolatada em audiência de instrução e julgamento, deverá ser proferida dentro de 60 (dias) dias do recebimento dos autos pelo juiz.
- B) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 7.347/1985, a ação civil poderá ter por objeto somente a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer.
- C) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 8.666/1993, nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.
- D) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.965/2014, o provedor de conexão à internet será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

Questão 42) IESES - 2015 - TJPB - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | Assinale a alternativa correta:

- A) A revogação do ato administrativo, mesmo quando legítima, sempre dá direito à indenização ao lesado, uma vez que constitucional a responsabilização do Estado por ato lícito.
- B) Para o moderno Direito Administrativo, motivo e motivação do ato administrativo veiculam a mesma ideia, isto é, são sinônimas em seus efeitos finais, pois ambas vinculam a Administração Pública e a sua inobservância implica na declaração de inexistência do ato.

- C) O ato administrativo viciado não pode ser convalidado se já impugnado, administrativa ou judicialmente. Há, entretanto, uma exceção. É o caso da "motivação" de ato vinculado expedida tardiamente, após a impugnação do ato.
- D) Em relação aos atributos do ato administrativo, é correto afirmar-se que, modernamente, confundem-se a executoriedade e a exigibilidade pois ambas garantem, por si só, a possibilidade de coação material de execução do ato.

Questão 43) IESES - 2015 - TJPB - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | Assinale a alternativa correta:

- A) Os "servidores públicos" são uma espécie dentro do gênero "agentes políticos".
- B) A efetivação em cargo de provimento temporário é o que se denomina "estabilidade".
- C) Após dois anos de efetivo exercício, subsequentes à nomeação por concurso de provas ou provas e títulos, goza o servidor público de estabilidade.
- D) Demissão é o desligamento do cargo com caráter sancionador. Corresponde a uma "expulsão", aplicável nas hipóteses legalmente prevista e, pois, não se confunde com exoneração.

Questão 44) IESES - 2015 - TJPB - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Provimento | Assinale a alternativa correta:

- A) É nulo e de nenhum efeito todo e qualquer contrato verbal firmado entre o particular e a Administração Pública, pois só se admite, em quaisquer hipóteses, em homenagem aos princípios da legalidade e impessoalidade, contrato escrito.
- B) Um dos mais importantes princípios constitucionais aplicáveis ao serviço público é o relativo à liberdade de contratar com a Administração Pública, ressalvadas as hipóteses de impedimento decorrentes da declaração anterior de inidoneidade.
- C) Equilíbrio econômico-financeiro (ou equação econômico-financeira) é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá.
- D) De acordo com o moderno Direito Administrativo, de feição social e solidária, tem-se entendido que inaplicável a desafetação de bens

públicos quando patente o prejuízo às comunidades carentes atingidas pelo ato, devendo daí intervir, obrigatoriamente, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Questão 45) IESES - 2015 - TJPA - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Remoção | A Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses, tendente a assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade. O programa será implementado com a participação de rede constituída:

- I) Por todos os órgãos do Poder Judiciário.
- II) Por Entidades públicas.
- III) Pelo Conselho Nacional de Justiça.
- IV) Por Universidades e instituições de ensino.

A sequência correta é:

- A) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- B) Apenas a assertiva II está correta.
- C) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- D) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

Questão 46) IESES - 2015 - TJPA - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Remoção | A Nacionalidade representa o vínculo jurídico político que liga o indivíduo a um Estado. A República Federativa do Brasil reconhece formas originárias e derivadas de reconhecimento de nacionalidade. Pode-se afirmar quanto à nacionalidade brasileira:

- A) *Jus Soli*, neste sistema a nacionalidade originária se estabelece pelo local do nascimento dos pais, independentemente da nacionalidade dos pais.
- B) *Jus Domicili*, temos a hipótese do filho de brasileiros que nasce no exterior e que vem residir no Brasil antes de atingir a maioridade; na nacionalidade secundária o domicílio é elemento assegurador da naturalização.
- C) *Jus Sanguinis*, provém da antiguidade o sistema pelo qual os filhos adquirem a nacionalidade de seus pais. Neste sistema o filho adquire a nacionalidade que os pais tinham à época do seu nascimento, sendo afetado por eventuais mudanças de nacionalidade que posteriormente ocorram a seus pais.
- D) A nacionalidade originária se materializa por meio de dois critérios que incidem no momento do nascimento: o *jus soli* (nacionalidade do país em que nasce) e o *jus sanguinis* (aquisição da nacionalidade dos pais à época do nascimento).

Questão 47) IESES - 2015 - TJPA - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Remoção | A Federação ou também chamada de Estado Federal é forma adotada pela República Federativa do Brasil desde a proclamação da República em 1889, e encontram-se fundamentado nas coletividades regionais e políticas autônomas, denominadas Estados, insere-se neste contexto o Distrito Federal e os municípios, esta é a base do Princípio Federalista. Assinale a alternativa que demonstra todas as características do princípio anteriormente citado:

- A) Descentralização política ou repartição constitucional de competências, repartição constitucional de rendas, participação da vontade das entidades locais; possibilidade de autoconstituição; autonomia administrativa; autonomia política.
- B) Repartição constitucional de rendas e participação da vontade das entidades locais, repartição constitucional de competências, autonomia administrativa.
- C) A descentralização política ou repartição constitucional de competências e a autonomia política.
- D) Autonomia administrativa e autonomia política.

Questão 48) IESES - 2015 - TJPA - Titular de Serviços de Notas e de Registro – Remoção | A família considerada a base da sociedade pode ser considerada o instituto que mais sofreu alterações ao longo dos tempos, e a legislação precisa acompanhar a evolução da sociedade garantindo apoio e resguardando os direitos dos membros familiares. Os princípios constitucionais do Direito de Família trouxeram considerável revolução ao ordenamento jurídico brasileiro, no sentido de reconhecer o pluralismo familiar existente no mundo fático, em virtude das novas espécies de família que se constituíram ao longo do tempo. São princípios constitucionais norteadores do Direito de Família:

- A) Dignidade da pessoa humana, isonomia, solidariedade social, afetividade.
- B) Isonomia, afetividade, dignidade da pessoa humana.
- C) Dignidade da pessoa humana, isonomia, solidariedade social.
- D) Isonomia, solidariedade social, afetividade.